



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>8.178-7/2020</b>
<b>INTERESSADOS(AS)</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ</b>
	<b>LUIZ ANTÔNIO POSSAS DE CARVALHO</b>
	<b>MILTON CORREIA DA COSTA NETO</b>
	<b>BENEDITO OSCAR F. DE CAMPOS</b>
	<b>GLADSTONE NUNES DOS ANJOS</b>
	<b>TALIZIA HIROOKA DE MEDEIROS</b>
	<b>RENAUDT FERNANDO TEDESCO DE CARVALHO</b>
	<b>RAFAELA FACHINA DE GODOY</b>
	<b>DENYS J. CORREA E SILVA</b>
	<b>LUCIANA FRANCO MARCELO CARVALHO</b>
	<b>ATAIR MOREIRA DE SOUZA</b>
	<b>EMPRESA MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA</b>
	<b>DANIEL MOREIRA CAMPOS DE AMARAL</b>
<b>ADVOGADOS(AS)</b>	<b>LUDMILA SARITA RODRIGUES SIMÕES – OAB/PR 49.595, ANGÉLICA VIVIANE RIBEIRO – OAB/PR 45.314 E JESSICA SOARES RAMOS – OAB/PR 92.336</b>
	<b>ELAINE MOREIRA DO CARMO – OAB/MT 8.694 E PAULO MARCEL GRISOSTE SANTANA BARBOSA – OAB/MT 20.921</b>
	<b>ANGÉLICA LUCI SCHULLER – OAB/MT 16.791</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2019</b>
<b>RELATOR</b>	<b>CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF</b>
<b>SESSÃO DE JULGAMENTO</b>	<b>09/12 A 13/12/2024 – PLENÁRIO VIRTUAL</b>
<b>DISCUSSÃO</b>	<b><a href="https://plenariovirtual.tce.mt.gov.br/pauta/2024-12-09/V/3/discussao/81787/2020">https://plenariovirtual.tce.mt.gov.br/pauta/2024-12-09/V/3/discussao/81787/2020</a></b>





## ACÓRDÃO Nº 913/2024 – PV

**Resumo:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019. JULGAMENTO PELA REGULARIDADE DAS CONTAS. APLICAÇÃO DE MULTAS. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE. SANEAMENTO DO ACHADO 1 (BB99). DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES À ATUAL GESTÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº **8.178-7/2020**.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), c/c os arts. 1º, II, e 162, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Resolução Normativa nº 16/2021), acompanhando o voto do Relator e de acordo, em parte, com o Parecer nº 5.099/2021 do Ministério Público de Contas, em: **I) julgar regulares** as Contas Anuais de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, referentes ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Senhor Luiz Antônio Possas de Carvalho; **II) aplicar** as seguintes **multas:** **a) 60 UPFs/MT** ao Senhor Luiz Antônio Possas de Carvalho (CPF 109.063.201-00) pelos achados de auditoria nºs 4 (EB05), 5 (HB15), 6 (NB99), 7 (NA01), 8 (NB99), 10 (NB99), 11 (GB99), 12 (GB13), 13 (GB06), 14 (JB02) e 15 (GB15); **b) 6 UPFs/MT** ao Senhor Atair Moreira de Souza (CPF 329.047.701-00) pelo achado nº 3 (CB04); **c) 6 UPFs/MT** para cada um dos Senhores Denys J. Correa e Silva (CPF 704.220.951-68); Rafaela Fachina de Godoy (CPF 066.517.979-05); Renaudt Tedesco (CPF 023.402.611-12); Talizia Hirooka Medeiros (CPF 061.474.179-32); e Gladstone Nunes dos Anjos (CPF 593.831.511-53) pelo achado nº 5 (HB15); **d) 6 UPFs/MT** ao Senhor Benedito Oscar Fernandes de Campos (CPF 376.374.446-00) pelo achado nº 11 (GB99); **e) 12 UPFs/MT** ao Senhor Milton Correia da Costa Neto (CPF 947.768.221-72) pelos achados nºs 12 (GB13) e 13 (GB06); e, **f) 6 UPFs/MT** ao Senhor Daniel Moreira Campos de Amaral (CPF 098.258.876-30) pelo achado nº 14 (JB02); **III) excluir** a responsabilidade atribuída à Senhora Luciana Franco Marcelo Carvalho quanto aos achados nºs 4 (EB05) e 5 (HB15), visto que o período que ela esteve ligada ao órgão é anterior ao exercício em análise; **IV) sanar** o achado 1 (BB99); **V) determinar**, com fulcro no art. 22, II, da Lei Complementar nº 269/2007, à atual gestão da Secretaria Municipal de Cuiabá que: **a)** providencie a regularidade dos automóveis junto ao Detran, de modo que apresentem licenciamento condizente com o período atual, bem como o devido registro, dentro do **prazo de 60 (sessenta) dias**; outrossim, realize averiguações periódicas da situação da frota junto ao Detran, em observância ao art. 131 do CTB (achado 2 – NB18); **b)** realize os registros contábeis das contas do balanço patrimonial, promova a escrituração contábil dos bens imóveis, em confronto com a documentação comprobatória de tais bens, como determina as NBCs e o MCASP, **no prazo de 60 (sessenta) dias** (achado 3 – CB04); **c)** promova o aperfeiçoamento do sistema de controle de registro de entrada e saída dos medicamentos e insumos do estoque no Centro de Distribuição de Insumos e Medicamentos de Cuiabá – CDMIC, posteriormente, o encaminhamento à esta Corte as providências adotadas, **no prazo de 60 (sessenta) dias** a contar da publicação deste Acórdão (achado 4 – EB05); **d)** instaure Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo





ressarcimento no montante de R\$ 278.664,95 (duzentos e setenta e oito mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), pagos em desacordo com as especificações exigidas (achado 4 – EB05); **e)** realize a contratação de seguro total para cobertura do estoque de medicamentos e insumos hospitalares depositados no CDMIC, devendo encaminhar as providências adotadas, **no prazo de 60 (sessenta) dias** a contar da publicação desta decisão, sob pena de multa (achados 6 – NB99 e 7 – NA01); **f)** regularize os alvarás de Segurança Contra Incêndio e Pânico junto ao Corpo de Bombeiros Militar de MT, **no prazo de 60 (sessenta) dias** a contar da publicação deste Acórdão, sob pena de multa de 6 UPFs/MT (achado 8 – NB99); e **g)** providencie a inscrição da Administração Pública como empregador no Conselho Regional de Odontologia; e **VI) recomendar**, com fulcro no art. 22, I, da Lei Complementar nº 269/2007, à atual gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá que providencie expedição dos alvarás sanitários de funcionamento aos hospitais públicos do Estado de Mato Grosso e de inspeção para fins de “emissão de Alvarás Sanitários de funcionamento” com a finalidade de assegurar a promoção e a prevenção da saúde da população (achado 9 – NB99). As multas impostas deverão ser recolhidas com recursos próprios, **no prazo de 60 (sessenta) dias**. Os boletos bancários para recolhimento das multas estão disponíveis no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas - <http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas>.

Declarou sua suspeição o Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**, nos termos dos arts. 38, § 2º, e 39-A da Resolução Normativa nº 16/2021.

Participaram do julgamento os Conselheiros **SÉRGIO RICARDO** – Presidente, **JOSÉ CARLOS NOVELLI**, **VALTER ALBANO**, **WALDIR JÚLIO TEIS** e **CAMPOS NETO**.

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2024.

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO**  
Presidente

**CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**  
Relator





**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: segeproju@tce.mt.gov.br

**ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**  
Procurador-geral de Contas

